

Empreendedorismo e Diversidade: inclusão, equidade e justiça social

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO

O Microempreendedor Individual (MEI) representa um importante porta de entrada para o empreendedorismo formal no Brasil, especialmente para grupos historicamente marginalizados. Criado pela Lei Complementar 128/08, o MEI busca reduzir a burocracia e a carga tributária, promovendo inclusão produtiva e justiça social. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução da participação feminina no microempreendedorismo individual, com foco no Estado de São Paulo — unidade federativa com o maior número de registros de MEIs. A questão de pesquisa que orienta este trabalho é: houve aumento significativo da participação feminina no microempreendedorismo individual no Estado de São Paulo? Para respondê-la, foi adotado o método qualitativo comparativo, com base em pesquisa bibliográfica e análise exploratória de dados secundários provenientes do Portal do Empreendedor, Receita Federal, IBGE, DIEESE, PNAD e SEBRAE. Os resultados apontam para um crescimento expressivo da presença feminina no setor, revelando um perfil marcado por maior escolaridade, atuação em setores de serviços e comércio, e predominância de negócios operados no próprio domicílio.

Palavras-chave: Microempreendedorismo; Empreendedorismo Feminino; Inclusão Social.

PARTICIPATION OF WOMEN IN INDIVIDUAL MICROENTREPRENEURSHIP THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT

The Individual Microentrepreneur (MEI) represents a significant gateway to formal entrepreneurship in Brazil, especially for historically marginalized groups. Established by Complementary Law 128/08, MEI aims to reduce bureaucracy and tax burdens, promoting productive inclusion and social justice. This study aims to analyze the evolution of female participation in individual microentrepreneurship, focusing on the state of São Paulo — the region with the highest number of MEI registrations. The research question guiding this work is: Has there been a significant increase in female participation in individual microentrepreneurship in the state of São Paulo? To answer this, a comparative qualitative method was adopted, based on bibliographic research and exploratory analysis of secondary data from the Entrepreneur Portal, Federal Revenue Service, IBGE, DIEESE, PNAD, and SEBRAE. The results indicate a notable growth in female presence in the sector, characterized by higher education levels, activity in service and commerce sectors, and a predominance of home-based businesses.

Keywords: Microentrepreneurship; Female Entrepreneurship; Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução do Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil, com destaque para a participação feminina. O MEI foi criado pelo governo federal por meio da Lei Complementar nº 128/08, em 1º de julho de 2009, e incorporado à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/06), como resposta às dificuldades enfrentadas por empreendedores para se manterem no mercado, especialmente devido à elevada carga tributária e à burocracia na abertura de empresas. A iniciativa visa promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, permitindo que pequenos empresários informais se formalizem gratuitamente, com simplificação administrativa, tributária e previdenciária, além de acesso a oportunidades de crescimento e crédito.

Este estudo destaca a crescente participação feminina no MEI, que tem contribuído significativamente para a economia local e global. A análise baseia-se em dados do Portal do Empreendedor, Receita Federal do Brasil, IBGE, DIEESE, PNAD e SEBRAE. Conforme Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é um procedimento racional e sistemático que oferece respostas aos problemas propostos. A **questão de pesquisa** que orienta este trabalho é: **houve aumento na participação feminina no microempreendedorismo individual no Estado de São Paulo?** A investigação busca aprofundar a compreensão sobre esse fenômeno.

O microempreendedorismo é exercido por uma parcela significativa de mulheres, muitas das quais atuam em seus próprios domicílios, especialmente como comerciantes e prestadoras de serviços. A região Sudeste concentra a maior parte desses empreendimentos, sendo que, segundo dados de 2013, 47% dos MEIs são do sexo feminino e 25% estão localizados no Estado de São Paulo.

Este trabalho está estruturado em quatro partes: o referencial teórico aborda a história do empreendedorismo, as diferenças entre administrador e empreendedor, o empreendedorismo no Brasil e as características do empreendedor. O segundo capítulo trata da trajetória da mulher no mercado de trabalho brasileiro, com foco no período de 2001 a 2011. O terceiro capítulo apresenta o MEI e o perfil da mulher microempreendedora. Por fim, as considerações finais retomam os objetivos, a problemática, as limitações e as sugestões para pesquisas futuras.

2. RECURSOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com método comparativo e natureza exploratória, conforme definido por Gil (2020), que considera esse tipo de pesquisa apropriado para oferecer uma visão geral e informativa sobre determinado fenômeno. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2020), utilizando materiais previamente elaborados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e fontes digitais. A construção teórica baseou-se em autores como Dornelas, Drucker, Giddens e Schumpeter. Complementarmente, foi realizada análise documental de dados secundários provenientes do IBGE e da Receita Federal, abrangendo o período de 2001 a 2013.

A história do empreendedorismo

O século XX foi marcado por vários progressos tecnológicos em um curto espaço de tempo que revolucionaram a vida moderna. O mérito dos avanços tecnológicos e o sucesso das invenções foram de pessoas ou equipes que

questionavam, não tinham medo de arriscar e fizeram acontecer, por meio dos atributos visionários.

De acordo com Hisrich (1986) por meio de Dornelas (2001) a palavra empreendedora (entrepreneur), surgiu na França nos séculos XVII e XVIII, em que o significado é aquele que assume riscos e começa algo novo. Para Dornelas (2001) o primeiro exemplo de definição do empreendedorismo foi creditado a Marco Polo que estabeleceu uma rota comercial para o Oriente, correndo riscos no papel funcional do aventureiro empreendedor. O autor apresenta a definição de Schumpeter (1949 p. 37), sendo uma das mais antigas e que melhor reflete o espírito empreendedor: “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica na introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos”.

As novas criações destroem o valor das antigas, criando expectativas para o mercado, trazendo novas oportunidades, provocando impacto e moldando a economia, causando desequilíbrio dinâmico e equilibrando de uma forma sadia. De acordo com Schumpeter (1983) uma pessoa pode ser considerada empreendedora somente por meio de inovação, um motivador do sistema capitalista com fundamentação importante para o desenvolvimento de novos negócios e com isso, a inovação gera o aumento da economia. É possível ser empreendedor dentro de empresas, sendo conhecido como intraempreendedor, ou seja, inovando os negócios já nas existentes. “O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar assumindo riscos calculados”.

Em Dornelas (2001), Kirzner (1973 p.15) apresentam uma abordagem diferente, para o primeiro autor o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos, e turbulência e identifica oportunidades. Para o segundo autor “O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”.

Segundo Schumpeter (1983) considerado na economia e na administração o autor que defende a inovação e criação de novos produtos e serviços com a finalidade de satisfazer as necessidades. Com esse propósito ser empreendedor e microempreendedor segundo Dornellas (2001) difere quanto ao período histórico do empreendedorismo que será demonstrado a seguir.

Período	Termo de empreendedor	Perfil do empreendedor
Idade Média	Utilizado para definir quem gerenciava grandes projetos de produção.	O indivíduo, apenas gerenciava projetos, utilizando recursos disponíveis, provenientes do governo do país e não assumia grandes riscos.
Século XVII	Primeiros indicativos de riscos foram por meio de acordos contratuais que estabeleciam preços prefixados sendo o lucro ou prejuízo exclusivo do empreendedor	Diferença do empreendedor que assume riscos e do capitalista que fornece o capital.
Século XVIII	Início da industrialização definiu o papel dos investidores no processo de manufatura.	O capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados, empreendedor era a pessoa que criava e conduzia empreendimentos.

Século XIX e XX	Sob o ponto de vista econômico, a organização da empresa esta a serviço do sistema capitalista.	Os empreendedores são confundidos com os gerentes e administradores.
-----------------	---	--

FONTE: Dados de Dornelas (2001) adaptado por Bom Angelo(2003)

De acordo com quadro anterior os empreendedores foram confundidos como gerentes, administradores e investidores, nos diversos períodos da história.

Diferenças entre administrador e empreendedor

Para Dornelas (2018) nem todo bom administrador é um empreendedor, porém todo empreendedor deve ser um bom administrador para obter sucesso. O autor Hisrich (2004) é mais enfático na questão da diferença entre administrador e empreendedor, exibindo cinco diferenças importantes, que serão mostradas no quadro a seguir:

Verifica-se as diferenças do quadro a seguir, que todo empreendedor assume riscos de seus recursos para o cumprimento de metas, conforme a necessidade da oportunidade. É preciso extrair a criatividade e a ousadia do empreendedor para que o aprendizado diário possa ser mais motivador, como as do Barão de Mauá, o grande empreendedor brasileiro.

Administrador	Empreendedor
A visão do administrador é voltada para a pressão gerencial.	A orientação estratégica do empreendedor é mais voltada para percepção da oportunidade.
O administrativo é lento em agir com as oportunidades, e as ações se concretizam, o comprometimento é geral e longo demais.	O empreendedor assume riscos é pressionado pela necessidade de ação, pouco especialista para tomada de decisões.
O administrador possui seus recursos sob seu controle.	O empreendedor na maioria das vezes está acostumado a ver seus recursos comprometidos e se baseiam em cumprimento de metas.
O administrador é recompensado pela eficiente administração de recursos, porque na verdade existe a pressão pelo poder, pelo status e pela compensação financeira.	O empreendedor é o oposto que luta para realizar qualquer tipo de transação, de acordo com a necessidade e não se importa em apenas acumular recursos e sim arriscar no que for mais viável.
Na estrutura dentro do domínio administrativo, é formalizada e hierárquica, claramente definidas e tem como base a teoria da recompensa.	Na estrutura dentro do domínio empreendedor, emprega a estrutura plana com redes informais.
Porém, nem sempre o administrador possui as habilidades de um empreendedor e isso faz muita diferença dentro de uma empresa.	Chegando à conclusão que todo empreendedor precisa ser um bom administrador para poder tomar as decisões mais adequadas.

Fonte: Quadro formulado pela autora conforme as informações de Hisrich (2004)

Empreendedorismos no Brasil

Para Luiz Henrique (2009) que escreveu o artigo sobre o Empreendedorismo, origem e desafios do século XXI, Irineu Evangelista de Sousa intitulado como Barão de Mauá, descendente de portugueses, nascido em 1812, na cidade de Arroio

Grande, Rio Grande do Sul destacou se entre os homens que realizaram os mais diversos empreendimentos, em uma monarquia constitucional durante o Império de Dom Pedro II. Segundo o artigo, Barão de Mauá foi influente no comércio, na indústria, no ramo bancário, na política e na agricultura, sendo que no seu auge, chegou a ter mais dinheiro que o Império. Merecedor de títulos como Barão e Mauá em 1854 e Visconde de Mauá em 1874, pioneiro em várias áreas da economia do Brasil, o Barão possuía um grande talento empreendedor, em uma época dominante de latifundiários que estagnavam o país em ciclos agrários não desenvolvendo o conhecimento necessário para a indústria. O Barão de Mauá é reconhecido como uns dos primeiros grandes empreendedores do Brasil, até os dias de hoje. Foi um homem que viveu antes do seu tempo, um exemplo de contribuição social do espírito empreendedor, por meio da visão transcendente e capacidade de decisão e criatividade administrativa, traçou o novo perfil do desenvolvimento político, social e econômico do Brasil.

Segundo Dornelas (2018), em 1990 o movimento do empreendedorismo começou crescer no Brasil, durante a abertura da economia. A entrada de produtos importados ajudou a controlar os preços, porém trouxe problemas para alguns setores que não conseguiam competir com os importados. O país teve que habituar-se a este tipo de sistema e as empresas de todos os setores tiveram que se atualizar para manterem-se competitivas no mercado para voltarem a crescer.

Antes da abertura econômica os ambientes políticos e econômicos do país não eram favoráveis ao empreendedorismo, somente após a criação das entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) uma entidade que presta suporte a quem necessita iniciar sua empresa, e consultorias para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócio e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) entidade criada com o intuito de levar as empresas de software que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia, do país ao mercado externo que o empreendedorismo começou a crescer. Em pouco tempo o país ficou estável, por meio de uma série de reformas do governo, com a inflação controlada e a economia ajustada, fizeram a economia crescer. A partir de 2000 as exportações aumentaram, investidores de outros países voltaram a aplicar seu dinheiro no Brasil. Novas empresas geraram empregos diretos por meio de postos de trabalho. (DORNELLAS, 2018)

Características do empreendedor

A seguir quadro com as características principais que descrevem um empreendedor segundo os autores especialistas na área do empreendedorismo.

Características	Descrições
Detecta oportunidades	“É a habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança” Markman & Baron(2003, p. 289).“que tem capacidade de identificar, explorar e capturar o valor das oportunidades de negócio” Birley & Muzyka (2001, p. 22).“A predisposição para identificar oportunidades é fundamental para quem deseja ser empreendedor e consiste em aproveitar todo e qualquer ensejo para observar negócios” Degen (1989, p.19)
Assume riscos calculados	Pessoa que, diante de um projeto pessoal, relaciona e analisa as variáveis que podem influenciar o seu resultado, decidindo, a partir disso, a continuidade do projeto Carland <i>et al.</i> (1988); Drucker (1986); Hisrich & Peters (2004).“Indivíduos que precisam contar com a certeza é de todo impossível que sejam bons empreendedores” Drucker (1986, p. 33).“O passaporte das empresas para o ano 2000 será a capacidade empreendedora, isto é, a capacidade de inovar, de tomar

	riscos inteligentemente, agir com rapidez e eficiência para se adaptar às contínuas mudanças do ambiente econômico” Kaufman (1991, p. 3).
Inovador	Pessoa que relaciona idéias, fatos, necessidades e demandas de mercado de forma criativa (Birley & Muzyka, 2001; Carland <i>et al.</i> (1988); Degen(1989); Fillion(2000). Carland, Hoy e Carland (1988) concluem que o empreendedorismo é principalmente função de quatro elementos: traços de personalidade de necessidade de realização e criatividade, propensão à inovação, risco e postura estratégica.
Planejador	Pessoa que se prepara para o futuro Fillion (2000); Kaufman, (1991); Souza <i>et al.</i> (2004).“Os empreendedores não apenas definem situações, mas também imaginam visões sobre o que desejam alcançar. Sua tarefa principal parece ser a de imaginar e definir o que querem fazer e, quase sempre, como irão fazê-lo” Fillion (2000, p. 3).“O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”Dornelas (2001, p.15).
Líder	Pessoa que, a partir de um objetivo próprio, influencia outras pessoas a adotarem voluntariamente esse objetivo Fillion (2000); Hisrich & Peters (2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997). “Uma vez que os empreendedores reconhecem a importância do seu contato face a face com outras pessoas, eles rapidamente e vigorosamente procuram agir para isso” Markman & Baron (2003, p. 114).
Auto-eficaz	“É a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercer controle sob eventos na sua vida” Chen, Greene, & Crick (1998, p. 296). “Em quase todas as definições de empreendedorismo há um consenso de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa; (2) organizar reorganizar mecanismos sociais e econômicos, a fim de transformar recursos e situações para proveito prático; (3) aceitar o risco ou o fracasso” Hisrich & Peters (2004, p. 29).
Sociável	Envolve o grau de utilização da rede social para suporte à atividade profissional Hisrich & Peters (2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997); Markman & Baron (2003).“Os empreendedores... fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. Já não os vemos como provedores de mercadorias e autopeças nada interessantes. Em vez disso, eles são vistos como “energizadores” que assumem riscos necessários em uma economia em crescimento, produtiva” Longenecker, Moore, & Petty (1997, p. 3).

FONTE: Dados do blog Empresas de Base Tecnológica (EBTs) – Brasil.

Sob um determinado ponto de vista dos autores, o empreendedorismo pode ser entendido como uma ideologia do capitalismo que garante a legalidade a atividades antes não valorizadas, para atuar economicamente e de forma reconhecida.

Analisando o empreendedorismo, nomes de muitos homens empreendedores foram citados, não houve em nenhum momento o surgimento de uma mulher empreendedora, instigando a análise da mulher empreendedora. Para tanto será necessário, verificar a história da mulher no mercado de trabalho para ver em que momento da história, a mulher começa a atuar como empreendedora no mercado de trabalho.

A HISTÓRIA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Desde o século XVII, quando o movimento de trabalhadoras femininas começou a adquirir características políticas, as mulheres tentam colocar em prática a lei do Artigo 113, inciso 1 da Constituição Federal, em que “todos são iguais perante a lei”. Em 2014, as mulheres estavam presentes em todos os setores do mercado de trabalho. Conforme Araújo (2010) os movimentos feministas são movimentos políticos cuja meta é conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens.

Os movimentos feministas são movimentos intelectuais que procuram extinguir a ideia de que há uma diferença entre os gêneros, no que se refere aos seus direitos, não deve haver diferenciação entre os sexos. No entanto, a diferenciação dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas humanas.

De acordo com Stearn (2010), no período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) com a saída dos homens para as frentes de batalha, as mulheres assumiam os negócios da família e a posição das mulheres no mercado de trabalho que de fato começou. Segundo o autor, as mulheres não tiveram outras opções a não ser levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos, na obrigação de deixar a casa e os filhos para tocar o trabalho à diante. Com o fim da guerra, muitos dos homens se foram e dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho.

Segundo Giddens (2015), os valores domésticos são atribuídos às mulheres, responsáveis por cuidar dos filhos, manter a casa em ordem e cozinhar para a família. Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a divisão de trabalho entre gêneros sofre uma radical mudança com um aumento de 16% no contingente feminino, nos anos subsequentes a 1945. A presença feminina no mercado de trabalho ocasiona mudanças em diversas disposições sociais, em que há muitas críticas e atribuições de culpa, principalmente pela ausência no ambiente doméstico, devido ao menor contato e acompanhamento dos filhos e de seu companheiro.

De acordo com o SEBRAE as mulheres que trabalham fora, executam menos tarefas domésticas comparadas às mulheres que trabalham apenas nos serviços domésticos em suas próprias casas. Porém as mulheres que trabalham fora enfrentam uma dupla jornada, pois continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas e com os cuidados com a família. A mudança de alguns padrões familiares tradicionais, de acordo com Bruschini (2006) é uma das consequências do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho remunerado.

De acordo com a Mayra Rebello Salatini (2013) da redação do jornal Brasil Profissões, no século XVIII, a partir da Revolução Industrial Inglesa e com a chegada do maquinário a vapor para produção, as portas das fábricas foram abertas para muitas mulheres e crianças, expondo-lhes a longas jornadas e condições sub-humanas de trabalho, com baixíssimos salários. Com a indústria trabalhando intensamente, o capitalismo começa a sua consolidação e a sociedade se aproveitava do trabalho feminino, para que seja explorada sua mão de obra e desta forma, remunerá-las com um terço do salário masculino.

Segundo o Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho (2025), as mulheres continuam enfrentando desafios estruturais no mercado de trabalho brasileiro, como a informalidade, a terceirização, a desigualdade salarial e a segregação ocupacional. A taxa de participação feminina na força de trabalho passou de 51,9% em 2012 para 52,8% em 2024, ainda inferior à masculina (72,6%)

As mulheres estão sobremaneira representadas em ocupações precárias, como trabalho doméstico sem carteira assinada (90%) e trabalho familiar auxiliar (65,3%). Em 2024, 37,1% das mulheres ocupadas estavam em situação de informalidade, enquanto entre os homens esse índice foi de 38,8%. A presença feminina é mais expressiva em setores como saúde, educação, alojamento e alimentação — áreas marcadas por vínculos mais frágeis e salários mais baixos.

Além disso, a subocupação (trabalhar menos horas do que se gostaria) também afeta mais as mulheres, refletindo a dificuldade de conciliar trabalho com responsabilidades familiares. A desigualdade salarial persiste: em média, as mulheres recebem 20,9% a menos que os homens, segundo o 3º Relatório de Transparência

Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, especialmente no combate à precarização do trabalho feminino e na promoção de oportunidades de liderança e valorização profissional.

A influência do gênero feminino na história socioeconômica e cultural é expressiva. Na edição nº 640 da revista *Época*, o antropólogo americano Ted Polhemus diz que a elevação do grau de instrução e o modo visionário das mulheres têm acompanhado o crescimento econômico de países emergentes. "As mulheres se sentem mais seguras para ousar porque estão subindo no mercado de trabalho."

Segundo dados do SEBRAE, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como empreendedora está associada ao crescimento de maior instrução, queda na taxa de fecundidade, ao crescimento do número de casais sem filhos e a maior urbanização.

Mulheres no mercado de trabalho brasileiro

De acordo com Mayra Rebelo Salatini (2013) da redação do jornal *Brasil Profissões*, em 1813, no período da abolição da escravidão no Brasil, a mulher camponesa e ex-escrava trabalhava como ambulante no comércio de doces e quitutes nas ruas, sendo esta uma alternativa para as trabalhadoras, tendo a oportunidade de uma nova profissão.

Conforme Weinstein (1995) no período da República, época da urbanização, a mulher exercia atividade produtiva na zona rural na manutenção do equilíbrio doméstico familiar. Apesar disso, Batalha (2000) mostra que a participação da mulher na indústria era significativa nas regiões que apresentavam maior processo de modernização. Em 1920 São Paulo representava 29% do total de trabalhadores na indústria, sendo que na têxtil 58% eram mulheres e no Rio de Janeiro 27% do total de trabalhadores na indústria, 39% eram mulheres.

Segundo Pochmann (2002), a era dos direitos trabalhistas iniciou-se na Revolução de 1930, por meio do presidente e "ditador" Getúlio Vargas. A primeira lei que tratava sobre a mulher trabalhadora e que a protegia contra a exploração social, foi expedida pelo Decreto nº 24.417-A de 17 de maio de 1933. Após um estudo do trabalho feminino realizado pelo ministro Lindolfo Collor (jornalista e político brasileiro, sua passagem pelo Ministério do Trabalho por 15 meses) foi redigido toda a estruturação da legislação social em que ele participou de forma intensa na elaboração da constituição, principalmente na lei trabalhista. Lindolfo foi avô de Fernando Collor, presidente de 1990 a 1992.

O crescimento do trabalho feminino ocorreu após 1940, com a diversificação de ocupações no processo de expansão de indústrias siderúrgicas, químicas, e automobilísticas, anteriormente a mulher ocupava funções como professoras, atendentes, enfermeiras, domésticas, comerciantes e uma pequena parcela na indústria e agricultura de acordo com Bessa (1996).

Conforme Bruschini (1996), os movimentos sindicais e feministas alteraram valores sócio culturais em 1970 no Brasil, em que a desigualdade das classes, uniu os sexos por melhores condições de vida e o movimento sindical assumiu a luta pelos direitos da mulher.

A bandeira feminina ganha força com o nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1970 por meio dos movimentos sindicais. Com mudanças na economia mundial e brasileira, a partir desse período, o mercado de trabalho no Brasil apresenta novas características, diferentes as de 1930, em que o homem deixa de ser

o chefe de família e a mulher é considerada um ser capaz, tanto quanto o homem, de acordo com Bessa (1996).

Segundo o mesmo autor, a década de 90 foi marcada pelo fortalecimento da mulher no mercado de trabalho e por meio do crescimento do grau de instrução, a mulher conseguiu reduzir a defasagem salarial e aumentar o poder aquisitivo por consequente o aumento de responsabilidade no comando das famílias.

De acordo com Luca (2011) a mulher está ocupando cargos de responsabilidades e estratégicos nas organizações, mesmo com as barreiras do preconceito, na política organizacional, ocupações consideradas masculinas, além de atuar como administradora do lar e educadora dos filhos.

Após décadas de mobilização e conquistas, as mulheres vêm assumindo uma nova postura na sociedade, o que tem refletido diretamente em sua crescente liderança no mercado de trabalho. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, com base nos dados da RAIS de 2024, as mulheres ainda recebem, em média, 20,9% a menos que os homens, apesar de apresentarem maior escolaridade e ocuparem cada vez mais espaços profissionais. A desigualdade é ainda mais acentuada entre mulheres negras, que ganham cerca de 50% a menos que os homens brancos (BRASIL, 2025).

No cenário político global, a sub-representação feminina também persiste. De acordo com levantamento da ONU Mulheres, apenas 27% dos assentos parlamentares no mundo são ocupados por mulheres, número que, embora superior ao registrado na época da Conferência de Pequim, ainda está longe da equidade de gênero (ONU MULHERES, 2025).

No Brasil, observa-se um avanço na presença feminina em cargos de liderança empresarial. Empresas como Natura, Microsoft e Coca-Cola têm adotado políticas inclusivas e metas ambiciosas, como alcançar 50% de mulheres em posições de liderança até 2030. A representatividade feminina tem se mostrado um diferencial competitivo, impulsionando inovação, rentabilidade e impacto social positivo (BRASIL, 2025).

Apesar da legislação brasileira exigir que os partidos políticos reservem 30% das candidaturas para mulheres (Lei nº 12.034/2009), a presença feminina no Congresso Nacional ainda é significativamente baixa. No Senado Federal, apenas 12,96% das cadeiras foram ocupadas por mulheres nas eleições de 2010, número que subiu para 18,51% em 2014. Na Câmara dos Deputados, o percentual era de apenas 9,94% em 2010, com leve crescimento para 10,6% em legislaturas posteriores. A bancada feminina critica a forma como a cota é aplicada, alegando que muitas candidaturas são lançadas sem apoio político efetivo, apenas para cumprir a exigência legal (JUSBRAZIL, 2014)

Nos ministérios do governo Lula, a participação feminina também foi limitada: apenas 13% dos ministros eram mulheres. No âmbito dos executivos municipais, em um universo de 5.564 municípios, menos de 10% eram governados por mulheres. Essa realidade levanta uma questão fundamental: por que, mesmo sendo maioria do eleitorado, as mulheres ainda são tão pouco representadas na esfera política? (JORNAL DO ADVOGADO, 2010).

A seguir análise do mercado de trabalho feminino no período de 2001 a 2011 em que apresentará o crescimento da mulher no mercado empreendedor. O número de mulheres empreendedoras cresceu 21% no Brasil, no período entre 2001 e 2011, de acordo com os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de empreendedores masculinos no país cresceu 10%. Apesar de o número

de homens com negócio ser bem superior ao de mulheres com negócio, a taxa de crescimento acumulada das mulheres superou a dos homens, a participação das mulheres com negócio cresceu, mesmo com uma pequena queda em 2011, referente ao fato de o mercado de trabalho brasileiro estar com baixo desemprego tem estimulado algumas mulheres, empreendedoras, a optar pelo emprego assalariado.

Mesmo com a queda da taxa nos últimos anos, a tendência de aumento da participação das mulheres como empreendedoras deve continuar nos próximos anos, de acordo os dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). De acordo com o GEM, uma das formas de se medir o grau de empreendedorismo de um país é por meio da TEA (sigla em inglês que significa Taxa de Empreendedorismo Inicial) que busca identificar a criação de novos negócios e monitora a “porta de entrada” do empreendedorismo, sendo esta taxa considerada uma das principais taxas para o cálculo do empreendedorismo de um país. De acordo com a TEA, a participação das mulheres cresceu de 42% para 50% do total de “Empreendedores Iniciais” e se estabilizou nos anos mais recentes, equiparando aos homens, em que há uma forte evidência de que a participação das mulheres tende a continuar crescendo.

De acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010) o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho está associado ao maior grau de escolaridade, a queda da taxa de fecundidade, à redução de núcleos familiares, ao crescimento de casais sem filhos, a maior urbanização e a uni-pessoalidade. As mulheres empreendedoras apresentam escolaridade superior a dos homens empreendedores, em que aproximadamente 20% da média de estudos da mulher é de 8,4 anos e a do homem 6,9 anos, conforme dados do IBGE. Dados do IBGE mostram que as mulheres empreendedoras começam a trabalhar mais tarde, 72% começaram a trabalhar com até 17 anos de idade se comparadas com os homens com negócio, 85% começaram a trabalhar com até 17 anos de idade, Fato associado a maior permanência na escola, retardando o seu ingresso no mercado de trabalho. A região Sudeste detém 41% das mulheres com negócio, maior concentração de mulheres com negócio. De acordo com o GEM (2012), no Brasil, a taxa do empreendedorismo tem uma relação positiva com a escolaridade no caso, tendo o Sudeste o maior grau de escolaridade das mulheres nessa região ajudando a explicar a quantificação de mulheres de negócio. São Paulo apresenta o maior índice de mulheres empreendedoras 20% do total de empreendedores cadastrados no Brasil.

Fontes do SEBRAE mostram que o rendimento médio mensal das mulheres empreendedoras é 31%, inferior ao dos homens de negócio e mesmo assim, entre o período de 2001 a 2011 o rendimento médio real das mulheres com negócio cresceu 41% superando os 37% dos homens com negócio. De acordo com IBGE, as mulheres empreendedoras possuem uma carga semanal de horas inferiores, algumas trabalham menos de 40 horas em relação a dos homens empreendedores dedicados ao negócio, pois tem dupla jornada com os afazeres do lar. Mesmo assim, cerca de ¼ delas trabalham mais de 45 horas por semana, enquanto 42% dos homens trabalham mais de 45 horas.

Dados do SEBRAE mostram que a contribuição à Previdência Social é relativamente baixa, a preocupação da previdência é maior nos locais que apresentam atividades, nos empreendimentos com empregados, empreendedores de maior renda, mais escolarizados e mais velho e pouco preocupante para os mais jovens que estão longe do período da solicitação de aposentadoria. Entre as mulheres empreendedoras, 28% contribuem para a previdência no trabalho e 4% contribuem para alguma entidade de previdência privada, sendo que apenas 32% possuem algum

tipo de previdência. O grupo dos homens com negócio equipara-se praticamente com a das mulheres.

Conforme PNAD (2011) 70% das mulheres empreendedoras têm preferência de negócios em locais fixos como loja, oficina, fábrica ou escritório e domicílio em que moram. Entre os homens empreendedores há uma maior dispersão de locais de trabalhos e há também uma proporção bem mais elevada de estabelecimentos rurais como fazenda, sítio, granja, chácara e em locais designados pelos clientes. Fontes do SEBRAE destacam a ocupação de mercado empreendedor tanto como por Conta Própria como Empregador em que 87% das mulheres trabalham sem empregados, com estruturas de negócios mais enxutas e de operações simples, dependente somente da dona. Essa proporção é um pouco superior a dos homens com 86% do mercado empreendedor tanto como por Conta Própria como Empregador. Uma das vantagens de ter um negócio próprio é a maior flexibilidade de horário, que permite conciliar as atividades do negócio com as atividades do lar.

É a primeira vez que a revista Fortune faz uma edição global do ranking. A revista levou em consideração o tamanho, a importância, o momento atual e a expectativa sobre o futuro da empresa sob o comando das executivas. Trajetória de carreira e o estilo de liderança também foram aspectos avaliados pelos editores da revista representados no quadro a seguir.

MULHERES DE NEGÓCIOS MAIS PODEROSAS SEGUNDO A REVISTA FORTUNE (2014)

Nome	Atividade
Mary Barra	Alto posto da empresa CEO da General Motors (GM). País Estados Unidos.
Ginni Rommety	Presidente da IBM. País Estados Unidos
Indra Nooyi	Presidente da Pepsico. País Estados Unidos
Graça Foster	Presidente da Petrobrás. País Brasil
Ellen Kullman	Presidente da DuPont. País Estados Unidos
Irene Rosenfeld	Presidente mundial da Mondelez. País Estados Unidos
Marillyn Hewson	Presidente da Lockheed Martin. País Estados Unidos
Meg Whitman	Presidente da HP. País Estados Unidos
Patricia Woertz	Presidente da Archer Daniels Midland. País Estados Unidos

Fonte: Quadro formulado pela autora segundo informações da revista Fortune (2014)

MULHERES DE NEGÓCIO MAIS PODEROSO DO BRASIL SEGUNDO A REVISTA FORBES (2014)

Nome	Atividade
Maria da Graças Silva Foster	A presidente da Petrobrás lidera a posição das 10 mulheres de negócios mais poderosas do Brasil
Chieko Aoki	Fundadora da rede de hotéis <i>Blue Tree Towers</i> é a segunda mulher mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Luiza Helena Trajano	Fundadora do Magazine Luiza é considerada terceira mulher de negócios mais poderosa do Brasil conforme a revista Forbes.
Adriana Machado	Presidente da GE do Brasil ocupa a quarta posição de mulheres de negócios mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Gisele Bündchen	Além de representar grifes internacionais, possui vários produtos licenciados em seu nome. Ocupa a quinta posição segundo a revista.
Sonia Hess Souza	Presidente da Dudalina, considerada a sexta mulher poderosa do Brasil de acordo com a revista Forbes.
Claudia Sender	Presidente da TAM ocupa a sétima posição das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil, segundo a revista.
Milu Villela	Presidente do Museu de Arte Moderna (MAM) do Centro Cultural Itaú e acionista do Bando Itaú é a oitava mulher mais poderosa do Brasil de acordo com a Forbes.
Viviane Senna	Presidente do Instituto Ayrton Senna. Apresenta se na lista das mulheres de negócio mais poderosa do Brasil Segundo a revista.
Zica Assis	Fundadora da Beleza Natural, ex-faxineira ocupa a décima posição da lista das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil.

Fonte: Quadro formulado pela autora baseado nos dados da revista Forbes

O regime do Microempreendedor Individual (MEI) foi criado pelo Governo Federal como uma estratégia de inclusão produtiva e combate à informalidade, especialmente diante da elevada carga tributária e da burocracia que dificultam a formalização de pequenos negócios no Brasil.

O MEI permite que empreendedores com faturamento anual de até **R\$ 60.000,00** (média de R\$ 5.000,00 mensais) formalizem suas atividades com baixo custo e simplicidade. O regime é voltado para quem não possui participação em outra empresa como sócio ou titular, e permite a contratação de **um empregado** com salário-mínimo ou piso da categoria. Ao se registrar como MEI, o empreendedor é automaticamente enquadrado no **Simples Nacional**, ficando **isento de tributos federais** como IRPJ, PIS, COFINS, IPI e CSLL. A contribuição mensal é fixa e acessível:

- **R\$ 36,20** para o INSS (5% do salário-mínimo),
- **R\$ 1,00** de ICMS (comércio/indústria),
- **R\$ 5,00** de ISS (prestação de serviços).

Além da formalização, o MEI garante acesso a benefícios previdenciários como **auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria**, promovendo segurança social e oportunidades de crescimento no mercado formal. Os Valores a Com base no salário-mínimo vigente em **2025**, que é de **R\$ 1.518,00**, os valores atualizados das **taxas mensais do MEI** são os seguintes:

Valor	Atividade
R\$ 75,90	Atividade isenta de ICMS e ISS (apenas INSS)
R\$ 76,90	Comércio e/ou Indústria (INSS + ICMS)
R\$ 80,90	Prestação de Serviços (INSS + ISS)
R\$ 81,90	Atividades mistas (INSS + ICMS + ISS)

Fonte: LEITE, Vitor. *DAS MEI 2025: valores atualizados, como emitir e como pagar*. São Paulo: Nubank, 2025, adaptado.

Esses valores são pagos mensalmente por meio do **DAS-MEI** e garantem ao microempreendedor acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros. De acordo com o quadro não há custo para formalizar o MEI. Para a formalização e para a primeira declaração anual existe uma rede de empresas de contabilidade que são optantes do simples nacional e que fazem essas tarefas sem cobrar nenhum valor do MEI somente no primeiro ano.

Perfis da mulher Microempreendedora Individual

Segundo o relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o Brasil apresentou o melhor desempenho entre os países dos BRICS no ranking de empreendedorismo por oportunidade, superando Rússia, Índia, China e África do Sul.

A pesquisa, conduzida internacionalmente pela *Babson College e London Business School*, é realizada no Brasil pela ANEGEPE, com apoio do Sebrae. Em 2024, o Brasil manteve-se entre os países com maior taxa de empreendedorismo total, com destaque para a motivação por oportunidade, que superou 70% dos casos (ANEGEPE; SEBRAE, 2024).

O regime do Microempreendedor Individual (MEI) tem sido um dos principais instrumentos de formalização de pequenos negócios no país. Ele oferece vantagens como registro gratuito, redução da carga tributária e simplificação de processos burocráticos. Além disso, o MEI conta com o apoio de uma rede de contadores optantes pelo Simples Nacional, que realizam gratuitamente a formalização e a primeira declaração anual do empreendedor.

A categoria abrange atividades como costureira, cabeleireira, manicure, pintor, pipoqueiro, entre outras, e tem sido essencial para a inclusão produtiva. No entanto, a inadimplência entre os MEIs é alta: em 2025, cerca de 6,2 milhões de microempreendedores estavam inadimplentes, o que representa 40% dos registros ativos. O principal motivo é o não pagamento do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), o que pode levar à perda de benefícios previdenciários e até ao cancelamento do CNPJ (PORTAL CONTÁBEIS, 2025).

Segundo o IBGE, o perfil do MEI no Brasil é marcado por forte presença feminina, especialmente na região Sudeste, onde se concentra o maior número de formalizações. As mulheres apresentam maior grau de escolaridade e, em muitos casos, atuam sem empregados e a partir do domicílio. O Estado de São Paulo lidera em número absoluto de MEIs registrados (IBGE, 2022).

Dados do SEBRAE e da Receita Federal, mostram que a maior participação feminina entre os MEIs se concentra em atividades como cabeleireiros, estética e comércio de artigos de vestuário voltados ao público feminino (SEBRAE, 2023). Na distribuição por setor, a Construção Civil apresenta 94% de MEIs do sexo masculino, com predominância de escolaridade de ensino fundamental incompleto. Já os 6% de mulheres nesse setor possuem, em média, maior nível de instrução, o que reflete em salários superiores aos dos homens (SEBRAE, 2023). Apesar de ser um setor tradicionalmente masculino, a presença feminina tem crescido gradualmente. Os homens também são maioria entre os MEIs da agropecuária e do comércio, embora estejam perdendo espaço para as mulheres. As mulheres são maioria na Indústria (53%) e representam 50,8% dos MEIs no setor de Serviços (SEBRAE, 2023). Os setores com maior participação masculina incluem obras de alvenaria, instalação elétrica e transporte rodoviário de cargas.

Em relação ao local de operação dos negócios, os dados da Receita Federal mostram que, em 2013, 48,6% dos MEIs atuavam no próprio domicílio, 30,2% em pontos comerciais, 10,7% em domicílio ou empresa do cliente, 8,9% como ambulantes e 1,5% em feiras ou shoppings populares. Somando os que atuam em casa ou em pontos comerciais, 78,8% dos MEIs operam em locais fixos (SEBRAE, 2023).

A escolaridade influencia diretamente o local de operação: quanto menor o grau de instrução, maior a tendência de atuar em locais abertos como ruas e feiras. Já os empreendedores com maior escolaridade tendem a operar em locais fechados, como estabelecimentos comerciais ou em casa. Isso explica o maior número de mulheres trabalhando em casa, o que permite proximidade com os filhos, economia de transporte e maior dedicação à família (SEBRAE, 2023). Segundo o SEBRAE, 62,8% dos MEIs possuem ensino médio, técnico ou superior completo. Sobretudo, 17,3% não possuem instrução formal ou têm ensino fundamental incompleto, 10,4% têm fundamental completo, 9,5% têm médio ou técnico incompleto, 44,1% têm médio ou

técnico completo, 7,7% têm superior incompleto, 9,8% têm superior completo e 1,2% têm pós-graduação (SEBRAE, 2023).

Na última década, o crescimento da escolaridade feminina tem se refletido nos setores econômicos. Na construção civil, embora dominada por homens, as mulheres com nível superior são proporcionalmente mais numerosas. A administração pública e os serviços às empresas apresentam as maiores proporções de mulheres com 11 anos ou mais de estudo e com nível superior. A média de anos de estudo entre mulheres com negócio próprio é de 8,4 anos, enquanto entre os homens é de 6,9 anos (PNAD, 2011).

Segundo o IBGE (2020), apenas 4,7% dos negros e 5,3% dos pardos possuem curso superior completo, em comparação com 15% dos brancos. A PNAD (2015) mostrou que mulheres paulistas têm, em média, 56% mais anos de estudo que nordestinas migrantes. Em relação à etnia, 45,6% dos MEIs se identificam como “pardos” e 42,3% como “brancos”, totalizando 87,9% (SEBRAE, 2023).

De acordo com Justo e Silveira Neto (2016), há predominância de mulheres migrantes no Estado de São Paulo. A migração feminina muitas vezes está relacionada à busca por liberdade frente à violência doméstica e ao machismo. A predominância de pardos entre os migrantes se deve às secas no Nordeste, que impulsionaram a migração para o Sudeste.

Dados da Receita Federal indicam que 58,8% dos MEIs têm menos de 40 anos. Entre 2011 e 2012, houve aumento na participação de MEIs acima de 40 anos, leve redução na faixa até 24 anos e estabilidade entre 25 e 39 anos. A PNAD mostra que, entre 2001 e 2011, a idade média das mulheres empreendedoras passou de 41 para 43 anos, e dos homens de 43 para 44 anos (PNAD, 2011).

Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), 92,3% dos MEIs pertencem às classes médias e altas. Conforme Sandra Turchi (2008), estudo da FGV aponta crescimento da classe média e do consumo via e-commerce, impulsionado pelo acesso à internet e crédito. O estudo do LatinPanel (2008) mostra que os gastos da família média brasileira se dividem em: 19,3% alimentação no lar, 13,4% habitação, 12,6% transporte, 10,2% contas, 7% saúde, 6,4% vestuário e 4,6% alimentação fora do lar. O maior grupo populacional é formado por pessoas que vivem sozinhas ou casais sem filhos (27%).

O instituto Data Popular (2008), mostra que 70% das mulheres desejam crescimento profissional e cuidam mais de si: 39% querem incluir academias na rotina, 33% cabeleireiro, 25% massagens, 20% esportes e 14% almoços com amigas. Antes da formalização como MEI em 2013, 40,6% eram empregados com carteira assinada, 30,6% eram informais sem CNPJ, 16,3% empregados sem carteira, 6,5% donas de casa, 2% servidores públicos, 1,8% estudantes, 1,1% desempregados e 0,3% aposentados. Os principais motivos para se tornar MEI foram: ter uma empresa formal (42,5%) e acesso aos benefícios do INSS (21,5%). A formalização como MEI trouxe melhorias em quatro aspectos: aumento do faturamento, melhores condições de compra, possibilidade de vender ao governo e aumento das vendas para outras empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a relevância do Microempreendedor Individual (MEI) como instrumento de inclusão social, autonomia econômica e valorização da mulher no mercado de trabalho, especialmente no Estado de São Paulo. A análise

bibliográfica, fundamentada em dados do SEBRAE, IBGE, DIEESE, PNAD e Receita Federal, confirmou o crescimento expressivo da participação feminina no empreendedorismo individual, com destaque para os setores de comércio e serviços.

A pesquisa demonstrou que o perfil da mulher empreendedora evoluiu significativamente, refletindo avanços em escolaridade, independência financeira e ocupação de espaços antes dominados por homens. A atuação em domicílio, a busca por conciliação entre trabalho e família, e a presença em atividades ligadas à estética e moda revelam tendências que se consolidam no cenário atual.

Este trabalho contribui para a compreensão do papel da mulher no microempreendedorismo e oferece subsídios para políticas públicas, ações empresariais e estratégias educacionais voltadas à promoção da equidade de gênero e ao fortalecimento da economia popular.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se aprofundar os desafios enfrentados pelas MEIs, como acesso ao crédito, capacitação, inadimplência e sustentabilidade dos negócios. Além disso, destaca-se a importância de parcerias entre o governo e instituições como o SEBRAE, com foco na educação empreendedora, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Priscila. Barão de Mauá o primeiro empresário. Relações Internacionais do Unicuritiba. Curitiba: 15/06/2012. Disponível em: <<http://internacionalizese.blogspot.com.br/2012/06/barao-de-maua-o-primeiro-empresario.html>> Acesso em 03/04/2014.

ALFREDO, Luiz Henrique Pereira. Empreendedorismo origem e desafios do para o Brasil do século XXI. São Paulo: 23/08/2009 Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/empreendedorismo-origem-e-desafios-para-o-brasil-do-seculo-xxi/33075/>> Acesso em 03/04/2024

ALVES, Murilo Rodrigues. Avança empreendedorismo no Brasil. Economia & Negócios. São Paulo: 08/02/2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,avanca-empreendedorismo-no-brasil,177427,0.html>> Acesso em 04/04/2024.

ANEGEPE; SEBRAE. *Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo GEM 2024*. Curitiba: Anegepe, 2024. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/impulsiona/retrato-do-empreendedorismo-no-brasil-gem-2024-2025>. Acesso em: 6 set. 2025.

ARAUJO, F. S. Feminismo. InfoEscola. [S.l.]: Disponível em: <www.infoescola.com/sociologia/feminismo> Acesso em 29/03/2024

BESSA, Karla Adriana Martins. Papel da mulher na sociedade ao longo da história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim Mulheres 8M*. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf. Acesso em: 6 set. 2025

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim Mulheres 8M*. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Receita Federal. *MEI – atualização de valores devidos em 2025*. Brasília: Receita Federal, 2025. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional//Noticias/NoticiaCompleta.aspx?id=f8fd8ebc-76b2-46ce-8bd6-2379f9988501>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. *Recolhimento do MEI passou de R\$ 70,60 para R\$ 75,90*. Brasília: INSS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/recolhimento-do-mei-passou-de-r-70-60-para-r-75-90>. Acesso em: 6 set. 2025.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2018.

DRUCKER, P. F. *Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e princípios*. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2013.

EBTs & Startups. *Empreendedorismo, perfil. Valor e Inovação*. 2010. Disponível em: <http://valorinovacao.wordpress.com/tag/perfil/> Acesso em 08/04/2024.

FAGUNDES, Rosival. *Análise do perfil do microempreendedor individual – MEI*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/analise-do-perfil-do-microempreendedor-individual-mei/75010/> 12/01/2014. Acesso em 20/05/2024

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed Ed. S.A., 2015.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mão na roda/cor ou raça*. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/cor-ou-raca> Acesso em 06/05/2024

IBGE. *Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html>. Acesso em: 6 set. 2025.

JORNAL DO ADVOGADO. *A mulher na política brasileira*. São Paulo: OAB/SP, ano XXVI, n. 123, p. 14-15, mar. 2010.

JUSBRASIL. *Mulheres no Congresso Nacional*. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mulheres-no-congresso-nacional/172166653>. Acesso em: 6 set. 2025

LEITE, Vitor. *DAS MEI 2025: valores atualizados, como emitir e como pagar*. São Paulo: Nubank, 2025. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/valor-das-mei/>. Acesso em: 6 set. 2025

MARINUCCI, Roberto. O fenômeno migratório no Brasil. Distrito Federal: 2002. Disponível em: <www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc> Acesso em 06/05/2024.

MEI – Microempreendedor Individual. Portal do empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 31/03/2024.

ONU MULHERES. *Mulheres na política: dados globais sobre representação feminina*. Nova York: ONU, 2025. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 6 set. 2025.

PORTAL CONTÁBEIS. *Número de MEIs inadimplentes bate recorde em 2025*. São Paulo: Portal Contábeis, 2025. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/70909/numero-de-meis-inadimplentes-bate-recorde-em-2025>. Acesso em: 6 set. 2025.

PORTAL do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>>. Acesso em: 05/05/2024.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Manual Do Perfil do Microempreendedor Individual. 2013. Disponível em: <<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/perfil-dos-pequenos-negocios/microempreendedor-individual>> Acesso em 01/05/2024

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas: 2013 Departamento São Paulo: DIEESE, 2013. Acesso em 25/06/2024.